

PESQUISA DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, ECONOMIA E POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

ECONOMIA



SUMÁRIO

RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO	5
2. DESEMPENHO ECONÔMICO DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL	6
3. CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA SETORIAL EM 2021	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	15
APÊNDICE	16





CRESCIMENTO E CONCENTRAÇÃO DA ECONOMIA NA AMAZÔNIA ENTRE 2010 E 2021

RESUMO

Este relatório informa sobre o crescimento e o grau de concentração da economia dos estados da Amazônia Legal entre 2010 e 2021. De modo específico, apresenta o desempenho econômico dos estados da região por meio do Produto Interno Bruto (PIB), identificando a participação da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços, das Atividades Públicas e seu respectivo grau de concentração, com base no índice de Gini. O Estado do Pará se mantém na liderança do PIB na região e o Estado do Mato Grosso apresentou forte crescimento com base na expansão da agropecuária, superando o desempenho do Estado do Amazonas, que é ancorado no setor industrial da Zona Franca de Manaus. Os resultados demonstram que a dinâmica econômica da Região Amazônica reflete o padrão nacional, com concentração relevante do PIB no setor de serviços.

Palavras-chave: Produto Interno Bruto. Gini. Amazônia Legal.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório informa sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB)¹ e a respectiva participação da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e das Atividades Públicas, juntamente com o grau de concentração, por meio do índice de Gini², da economia dos estados da Amazônia Legal entre os anos de 2010 a 2021.

A Amazônia Legal abrange nove estados brasileiros, entre os quais alguns dos mais pobres do País. Com território de 502 milhões de hectares, é maior que a área da total da União Europeia (UE), com população estimada em 28 milhões de habitantes. Embora a Amazônia Legal seja conhecida principalmente por sua área de Floresta Tropical, com cerca de 60% do bioma amazônico, mais de 75% de sua população vive nas cidades (BANCO MUNDIAL, 2023).

¹ É um indicador econômico estimado com base na produção total de bens e serviços de um país ou de uma região em um determinado período, geralmente um ano. Pode ser calculado pela dimensão da produção, renda ou despesa. Pelo viés da produção, soma-se o valor adicionado em cada etapa da produção, desde a matéria-prima até o produto final; da renda, que se refere àquela gerada na produção, como salários, lucros, aluguéis e etc.; e, da despesa, onde é somado o consumo das famílias, investimento das empresas, gastos do governo e exportações líquidas (MANKIW, 2021).

² Medida estatística que quantifica a desigualdade na distribuição de uma variável, sendo mais comumente utilizada para medir a desigualdade de renda em uma determinada população. Representa uma forma de quantificar o quanto a distribuição de renda de uma sociedade se afasta de uma distribuição perfeitamente igualitária (MANKIW, 2021).

O desempenho, a composição e o grau de concentração de uma economia é determinado por diversos fatores e fortemente afetado pelas políticas econômicas. O modelo de crescimento e desenvolvimento econômico adotado acaba se refletindo nas estruturas produtivas e no padrão de concentração da economia (SOUZA, 2005).

Assim como o Brasil, ao longo da sua história a Amazônia experimentou diferentes abordagens de política econômica para o seu desenvolvimento, gerando estruturas produtivas complexas e heterogêneas entre os estados da região (BECKER, 2005). Os dados e informações do presente relatório demonstram que a economia dos estados da Amazônia Legal, de fato, é bastante heterogênea. É possível identificar estados com a economia mais dinâmica sustentada pela Indústria e o Agronegócio, como o Pará, Amazonas e Mato Grosso, e outros que ainda são fortemente dependentes da Atividade Pública, como o Amapá e Roraima.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E GINI DE RENDA

No período de 2010 a 2021, a economia brasileira apresentou baixo crescimento, causado principalmente pela queda nos preços das *commodities* no início da década de 2010, a crise fiscal entre os anos de 2015 e 2016, e a pandemia da covid-19 (BANCO MUNDIAL, 2024). No mesmo período, o crescimento econômico da Amazônia Legal foi substancialmente maior que o restante do Brasil (Apêndice 1 - Tabela 1). O aumento da demanda global de *commodities* agrícolas e minerais no final da década de 2010 e a expansão do agronegócio, especialmente no Estado do Mato Grosso, ajudam a explicar esse resultado.

O Gráfico 1 mostra que, durante o período analisado, o Estado do Pará se mantém como a maior economia da Amazônia, seguido do Estado do Mato Grosso, que obteve a maior média de crescimento da região e praticamente dobrou o tamanho da sua economia no período. Outro destaque é o caso do Estado do Amazonas que, apesar de ser a terceira maior economia da região, se manteve praticamente estagnado no período, crescendo menos que a região e o restante do Brasil.

Gráfico 1 – Crescimento do PIB dos Estados da Amazônia Legal entre 2010 e 2021



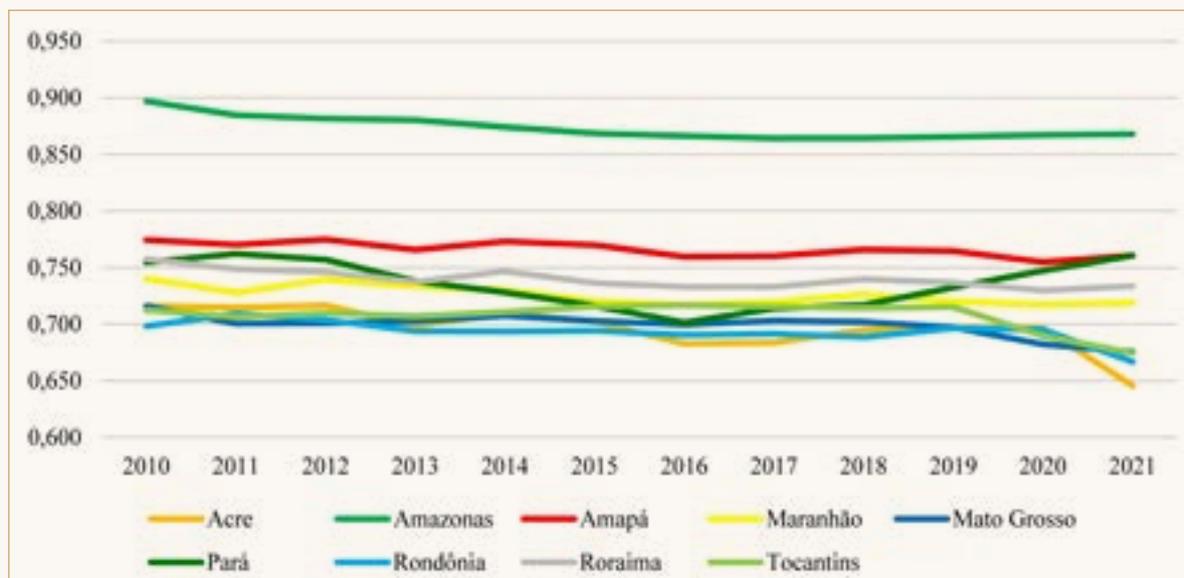
Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do PIB a preços constantes entre 2010 e 2021, tendo como ano base 1995, início da série temporal do IBGE.



O grau de concentração de renda na Amazônia Legal foi analisado a partir do Índice de Gini, que mede a desigualdade da distribuição da variável de interesse. O índice pode variar entre 0 e 1, onde 0 representa uma situação de igualdade total e 1 corresponde à desigualdade total. Assim, quanto mais próximo de 1, significa que a distribuição de renda é mais desigual na região avaliada. Os dados ilustrados no Gráfico 2 mostram que a desigualdade de renda se manteve praticamente estável em todos os estados, apresentando crescimento mais relevante no Pará.

Gráfico 2 – Índice de Gini do PIB dos Estados da Amazônia Legal entre 2010 e 2021



Fonte: IBGE (2021).

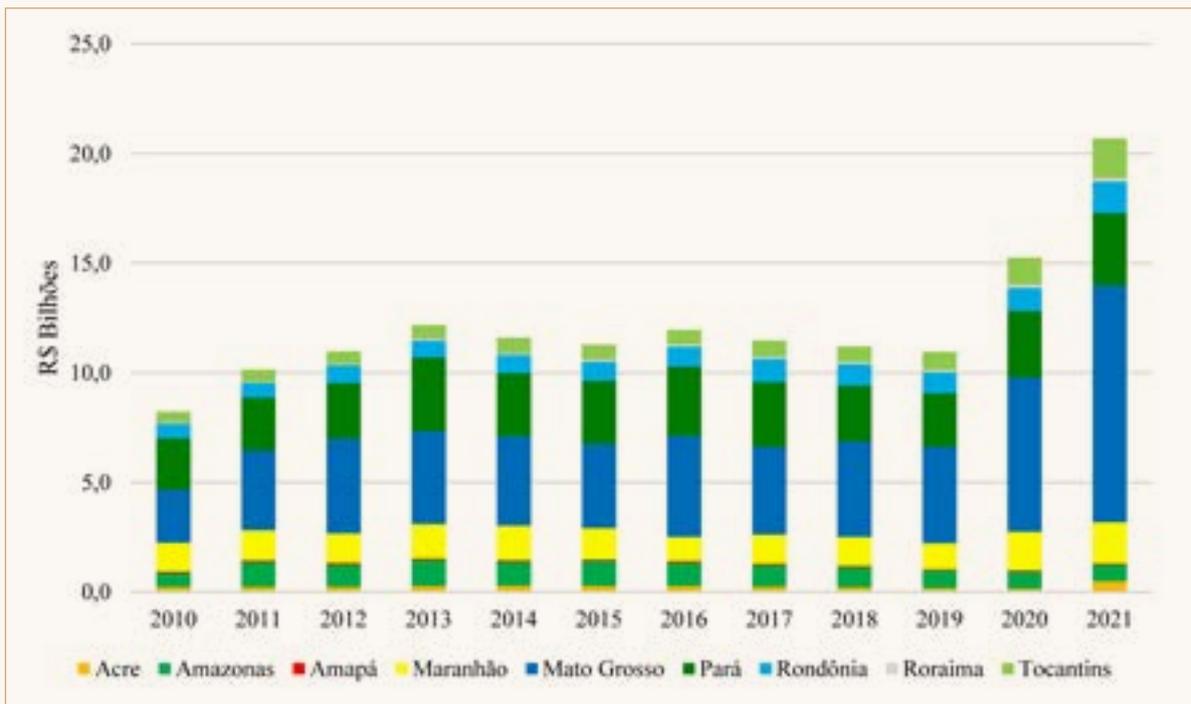
Na próxima seção, são apresentados os resultados para os estados da Amazônia Legal do Valor Adicionado Bruto (VAB) e o Gini dos setores considerados na divulgação dos resultados da pesquisa “Produto Interno Bruto dos Municípios”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessa pesquisa, além do valor de arrecadação de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, considera-se o VAB dos setores da Agropecuária, Indústria, Serviços e Atividade Pública (Administração, Defesa, Educação, Saúde Pública e Seguridade Social).

2.2 VALOR ADICIONADO BRUTO E GINI DA AGROPECUÁRIA

O Gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução do VAB da Agropecuária dos estados da Amazônia Legal entre 2010 e 2021. Na média, a taxa de variação do crescimento da Agropecuária foi positiva em todos os estados da região, com exceção do Amapá. Os estados do Mato Grosso e Pará se mantiveram como as maiores economias agropecuárias. Contudo, enquanto o Mato Grosso mais que triplicou seu tamanho, acompanhado dos estados de Roraima e Tocantins, que também apresentaram crescimento médio acima dos 10% a.a., o Pará apresentou um dos menores crescimentos da agropecuária da região. Cabe notar, ainda, que no período analisado o crescimento da Agropecuária na Amazônia Legal foi mais que o dobro do observado para o Brasil (Apêndice 2 – Tabela 2).



Gráfico 3 – VAB da Agropecuária entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

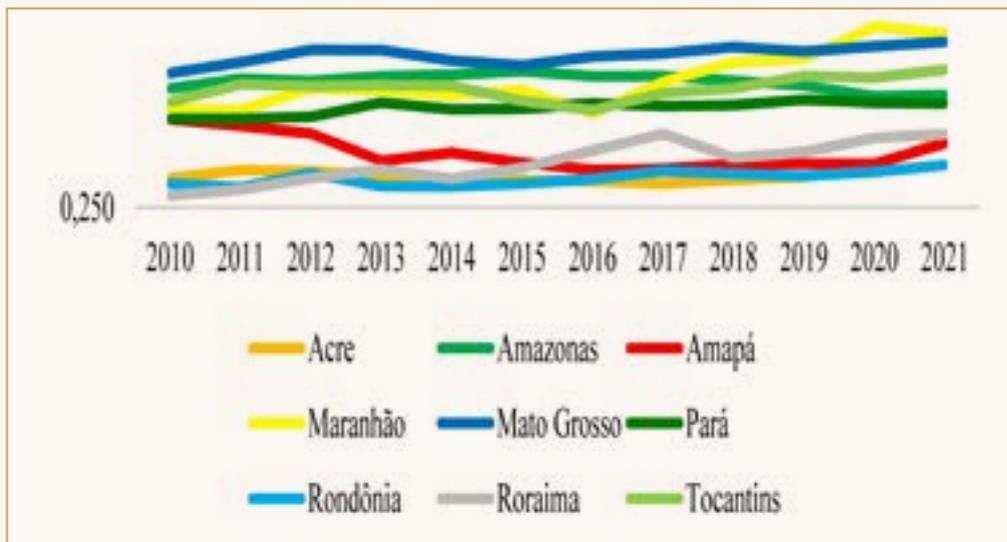


Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB da Agropecuária a preços constantes entre 2010 e 2021, tendo como ano base 1995, início da série temporal do IBGE.

O Gráfico 4 apresenta o Índice de Gini do Valor Adicionado da Agropecuária. A tendência dos estados revela um crescimento da Agropecuária configurado em padrão de concentração, visto que a maioria dos estados cujos setores cresceram no período aumentou o Índice de Gini. O Estado do Pará, ao longo do período, manteve condição de estabilidade. Por outro lado, o Maranhão, nos cinco anos anteriores, elevou consideravelmente seu Índice de Gini do valor adicionado da Agropecuária.

Gráfico 4 – Índice de Gini do Valor Adicionado da Agropecuária entre 2010 e 2021



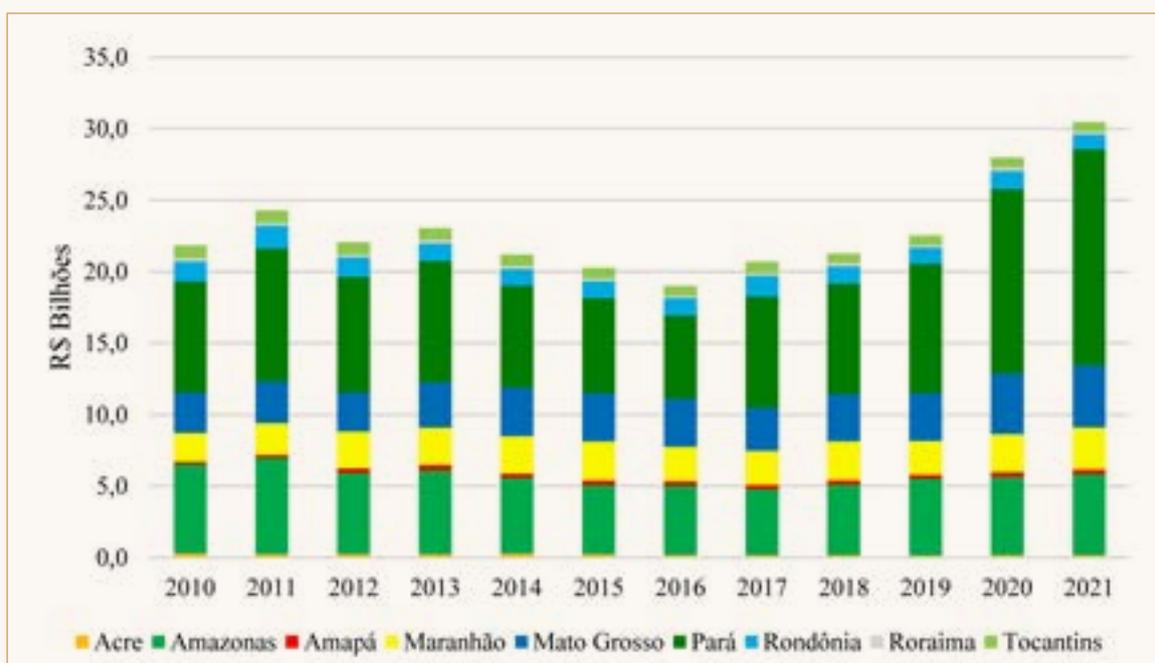
Fonte: IBGE (2021).



2.3 VALOR ADICIONADO BRUTO E GINI DA INDÚSTRIA

O Gráfico 5 apresenta o VAB da Indústria a preços constantes entre 2010 e 2021. No início do período, Amazonas e Pará tinham valores aproximados no setor industrial. Ambos foram os estados que mais expandiram a participação industrial na Amazônia Legal durante o período analisado. Amazonas cresceu especialmente pela Zona Franca de Manaus. Enquanto a participação industrial amazonense duplicou durante a década, a indústria paraense quadruplicou. O crescimento da indústria do Pará está relacionado às indústrias extrativas que, nesse Estado, majoritariamente, referem-se ao setor da Mineração.

Gráfico 5 – VAB da Indústria entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

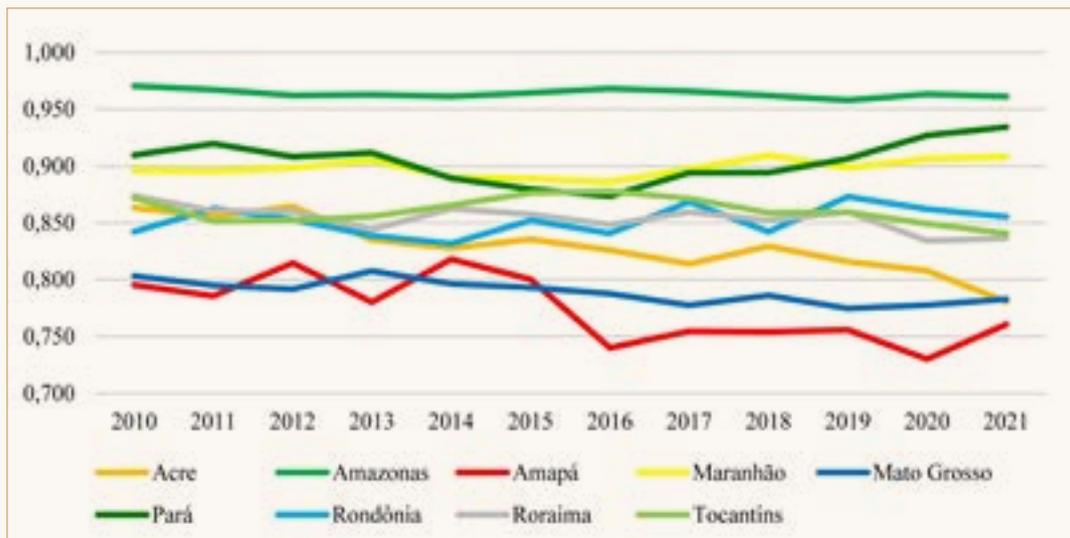


Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB da Indústria a preços constantes entre 2010 e 2021, tendo como ano base 1995, início da série temporal do IBGE.

De modo geral, o desempenho do setor industrial na Amazônia Legal apresentou uma volatilidade acentuada neste período, com viés de queda em pelo menos cinco estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins). O crescimento do setor industrial na região foi mais forte do que o observado no Brasil, puxado pela indústria extrativa do Pará. Contudo, seu comportamento reflete a tendência da economia brasileira, que vem sofrendo um processo de reprimarização concentrado nas *commodities* agrícolas e minerais (Apêndice 3 – Tabela 3).

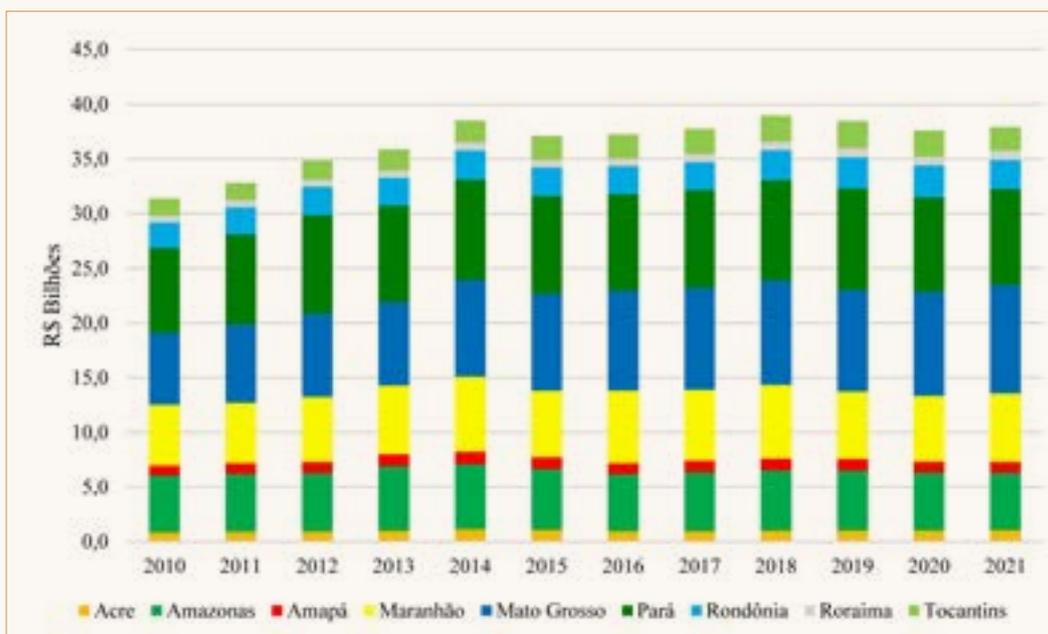
Quanto ao Índice de Gini do valor adicionado da Indústria entre 2010 e 2021, o Gráfico 6 revela que o crescimento industrial no Estado do Amazonas teve um padrão concentrado durante o período, permanecendo em todos os anos acima de 0,950. O setor industrial do Estado do Pará teve variação entre 2013 e 2016, denotando uma tendência para distribuir a riqueza do setor. Porém, a partir de 2017, o índice voltou a crescer e se estabeleceu próximo dos níveis registrados pela indústria amazonense. Outros estados tiveram redução no Índice de Gini industrial, porém associada às constantes reduções do crescimento industrial durante o período.

Gráfico 6 – Índice de Gini do Valor Adicionado da Indústria entre 2010 e 2021

Fonte: IBGE (2021).

2.4 VALOR ADICIONADO E ÍNDICE DE GINI DO SETOR DE SERVIÇOS

O setor de Serviços vem ganhando cada vez mais relevância no PIB brasileiro. Em média, no período avaliado, correspondeu a mais de 40% da riqueza gerada no País. Entre os estados, o setor de Serviços do Mato Grosso e do Pará tiveram a maior participação, com um aumento considerável no ano de 2021. Geralmente, Serviços é um setor de apoio. Sua participação nesses estados pode ter sido por efeito da expansão dos setores da Agropecuária e da Indústria. Os demais estados mantiveram a participação desse setor de forma constante.

Gráfico 7 – VAB do Setor de Serviços entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Fonte: IBGE (2021).

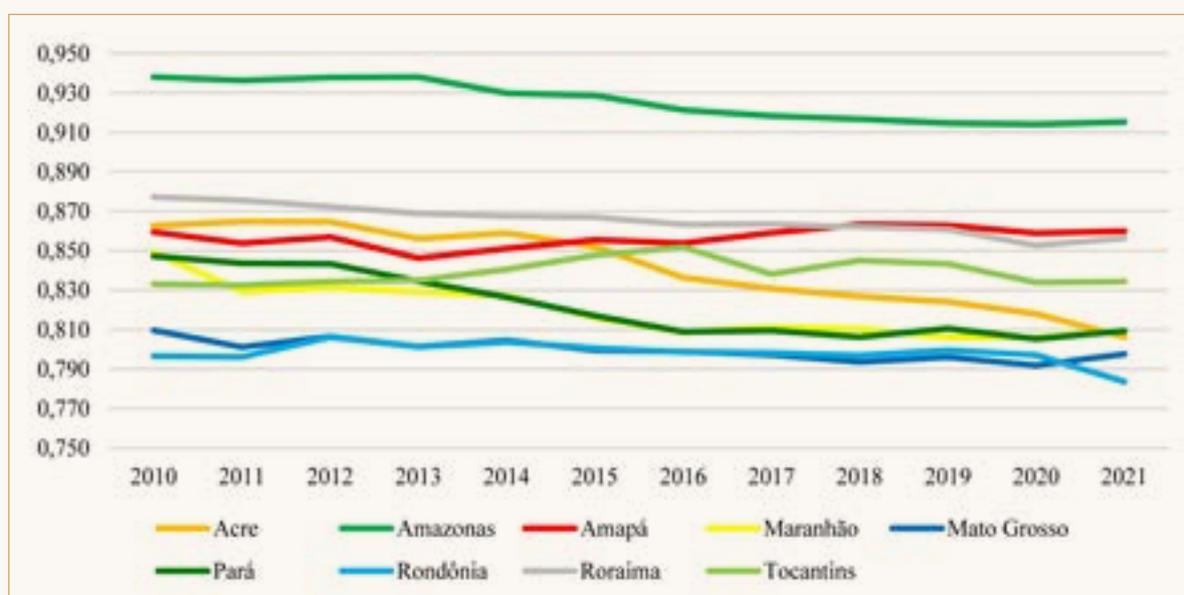
Nota: valor do VAB do Serviço a preços constantes entre 2010 e 2021, tendo como ano base 1995, início da série temporal do IBGE.



A evolução do crescimento do setor de Serviços dos estados da Amazônia Legal reforça a ideia de que o Estado do Mato Grosso teve um crescimento do setor de forma sustentada. Enquanto a maioria dos estados teve mais de um ano com redução, especialmente no período da crise política e fiscal brasileira (2015-2016) e da pandemia (2020-2021), Mato Grosso teve redução apenas no ano de 2019 (Apêndice 4 – Tabela 4).

Em relação ao Índice de Gini do VAB do setor de Serviços entre 2010 e 2021 (Gráfico 8), nota-se que os estados da Amazônia Legal tiveram níveis constantes no período, à exceção do Estado do Amazonas, que já tinha níveis elevados em 2010, acima de 0,930, e reduziu o índice a partir de 2013, mas se manteve acima de 0,910. O Estado do Mato Grosso, que teve o maior crescimento do setor no período, apresentou níveis acima de 0,790, mas de forma constante, o que denota um crescimento com pouco aumento da concentração no setor.

Gráfico 8 – Índice de Gini do Valor Adicionado do Setor de Serviços entre 2010 e 2021



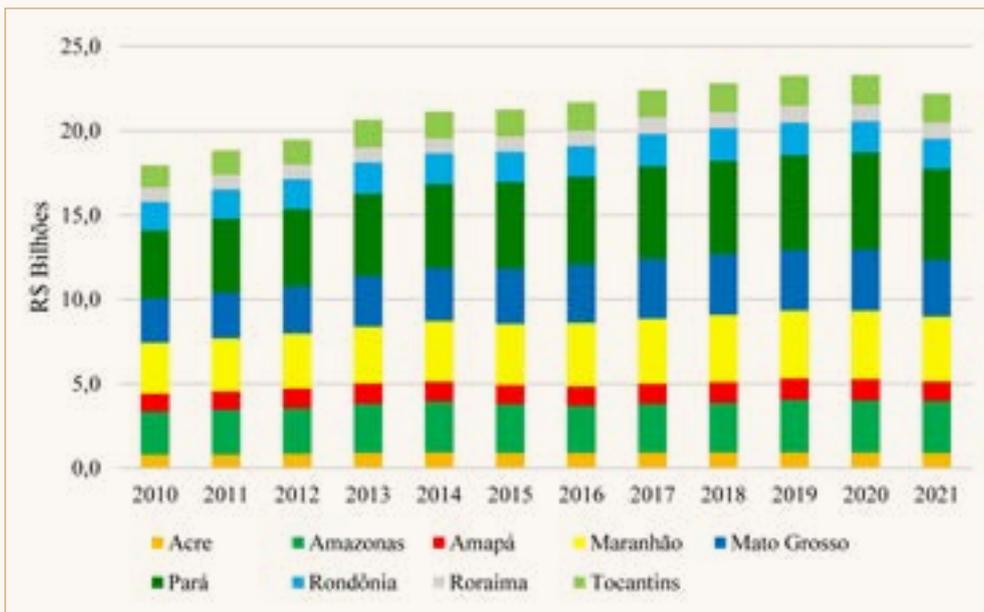
Fonte: IBGE (2021).

2.5 VALOR ADICIONADO E ÍNDICE DE GINI DA ATIVIDADE PÚBLICA

O Gráfico 9 apresenta o VAB da Atividade Pública entre 2010 e 2021. O VAB da Administração Pública pode representar a capacidade fiscal dos estados em termos de orçamento e investimento público e a dependência dos mesmos em relação ao setor público. A média do período de participação da Administração Pública na composição do PIB foi de 14,4% no Brasil e, na Amazônia Legal, de 20%. No entanto, existem estados como Amapá e Roraima que tiveram participação média acima de 40%. Outros, como Acre e Tocantins, apresentaram média de aproximadamente 30%. Esses resultados mostram os estados que têm maior dependência do setor público.



Gráfico 9 – VAB da Atividade Pública entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)



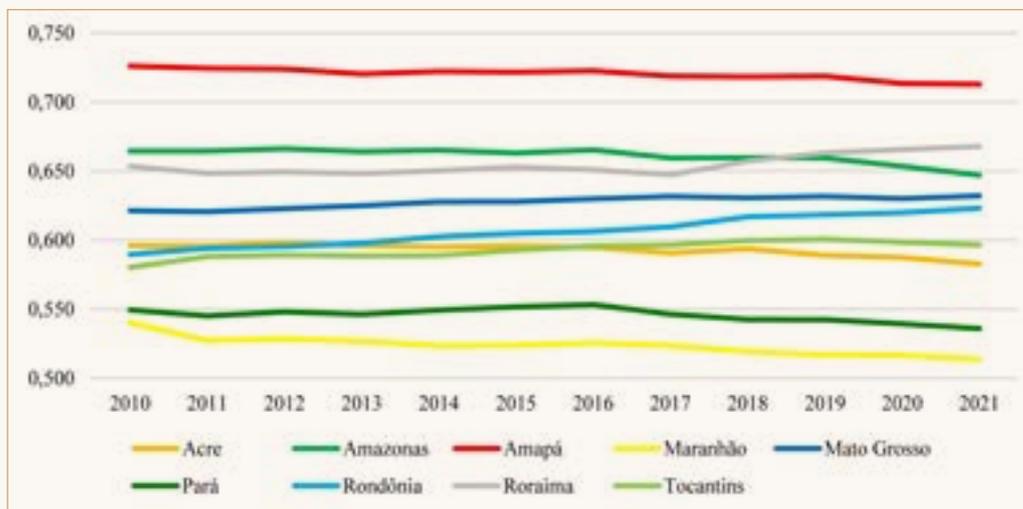
Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB da Atividade Pública a preços constantes entre 2010 e 2021, tendo como ano base 1995, início da série temporal do IBGE.

Esse resultado revela os estados que tiveram o setor público mais fragilizado ou fortalecido no Orçamento. Percebe-se que a maioria dos estados teve um período de crescimento do setor público entre 2010 e 2014. No entanto, alguns tiveram oscilações e outros, como o Acre, períodos constantes de redução. Em 2021, todos os estados tiveram redução no VAB da Atividade Pública, o que representa uma fragilidade fiscal e pode refletir no orçamento público para investimentos (Apêndice 5 – Tabela 5).

O Gráfico 10 apresenta o índice de Gini do VAB da Atividade Pública entre 2010 e 2021. Dos setores avaliados, o Índice de Gini é o que apresenta os menores níveis. É possível observar que os estados mantiveram uma trajetória constante ao longo do período, com exceção de Roraima e Rondônia, que cresceram. O Estado do Maranhão manteve os menores níveis do índice durante o período avaliado.

Gráfico 10 – Índice de Gini do Valor Adicionado da Atividade Pública entre 2010 e 2021



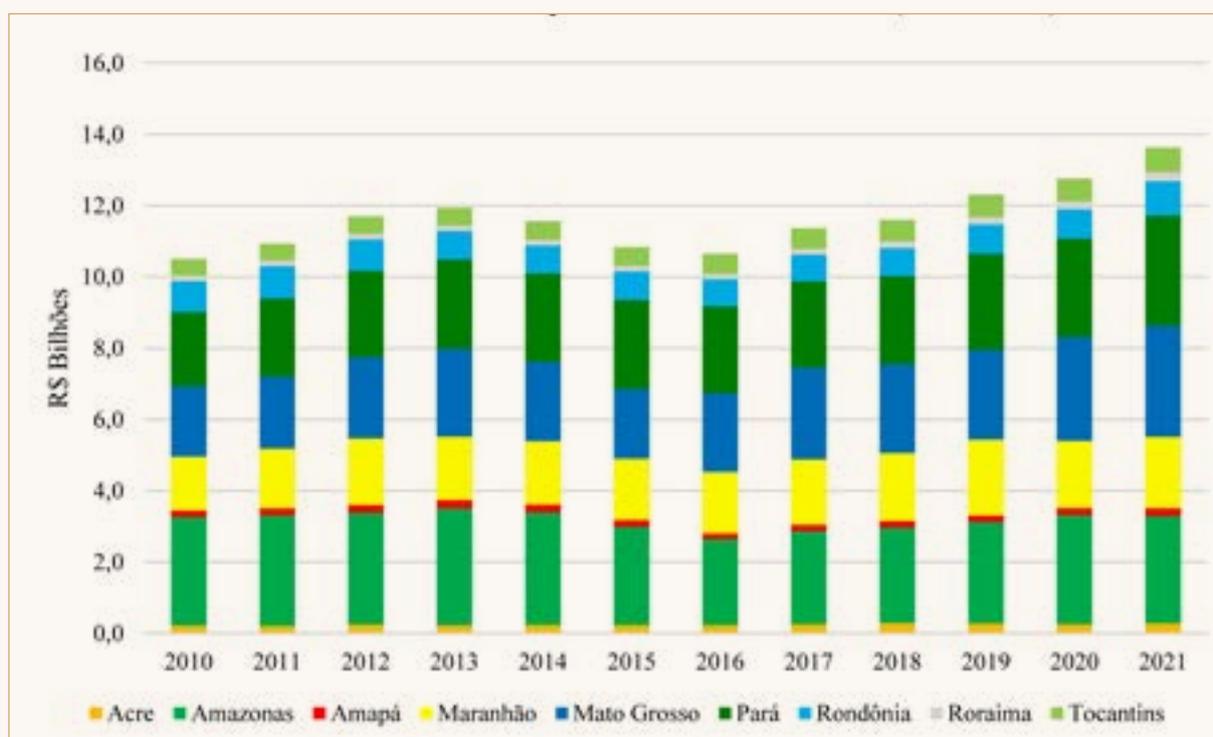
Fonte: IBGE (2021).



2.6 IMPOSTOS

O Gráfico 11 apresenta o valor dos Impostos entre 2010 e 2021. Esse resultado representa a arrecadação tributária dos estados da Amazônia Legal e é um componente que pode representar a capacidade fiscal dos mesmos. Os impostos compõem parte do PIB e, em média, a arrecadação brasileira foi de aproximadamente 15% durante o período. Percebe-se que os maiores estados com arrecadação tributária foram Mato Grosso, Pará, Amazonas e Maranhão. Esses possuem um setor industrial ativo, compondo parte considerável do PIB da região. Assim, neles a indústria é um importante setor que contribui com a arrecadação estadual.

Gráfico 11 – Valor dos Impostos entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)



Fonte: IBGE (2021).

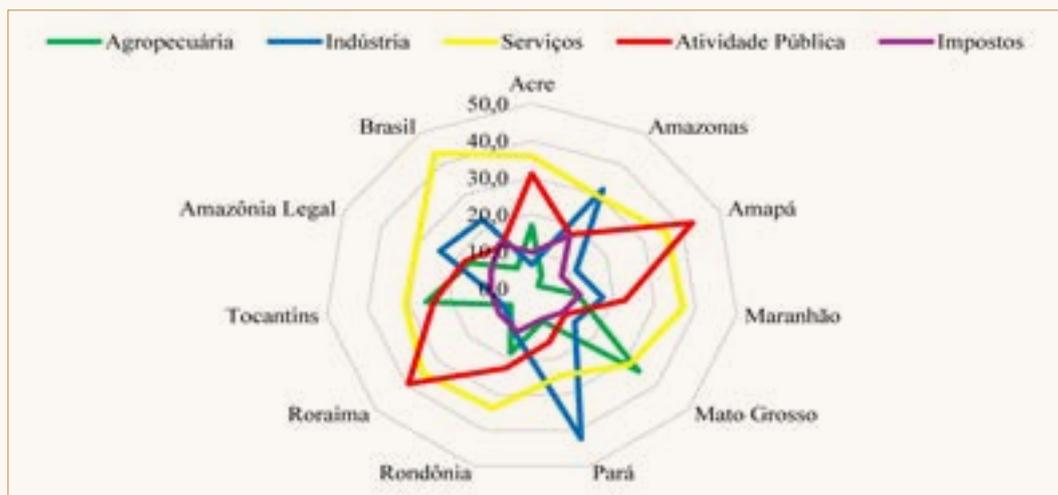
Nota: valor dos impostos a preços constantes entre 2010 e 2021, tendo como ano base 1995, início da série temporal do IBGE.

Percebe-se que a maioria dos estados teve redução na arrecadação tributária no ano de 2016, período da crise política e fiscal brasileira, que afetou consideravelmente a capacidade fiscal dos estados. A arrecadação tributária pode ser impactada também por conta de isenções e/ou renúncias fiscais, medida que determinadas Unidades Federativas adotaram no período com o objetivo de dinamizar alguns setores da economia (Apêndice 6 – Tabela 6).

3. CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA SETORIAL EM 2021

O Gráfico 12 consolida os dados de participação dos setores mais importantes na composição do PIB dos estados da Amazônia Legal em 2021. São apresentados apenas os resultados do ano de 2021, pois é o mais recente com indicadores oficiais disponíveis. Desse modo, é possível entender o desempenho dos setores econômicos de cada Estado, o agregado da Amazônia Legal e o resultado brasileiro, para se ter uma comparação do comportamento dos setores com o padrão nacional e regional.

Gráfico 12 – Composição do PIB por Setor dos Estados da Amazônia Legal em 2021



Fonte: IBGE (2021).

Os resultados resumem o que foi demonstrado durante a avaliação da evolução setorial entre 2010 e 2021. Uma primeira conclusão diz respeito ao setor de Serviços, que é o que tem participação na economia brasileira. Esse é o setor mais relevante nos estados do Acre, Maranhão, Rondônia e Tocantins. O setor da Agropecuária tem maior participação no Estado do Mato Grosso. A Indústria é o setor com maior representatividade nos estados do Amazonas e do Pará. E a Atividade Pública tem maior participação na composição do PIB nos estados do Amapá e de Roraima.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos dados macroeconômicos dos estados da Amazônia Legal no período de 2010 a 2021 revelou três principais resultados. Primeiro, o Pará se consolidou como a principal economia da região. Segundo, a economia do Estado do Mato Grosso superou a do Estado do Amazonas, colocando-o como a segunda maior economia da região. Terceiro, diferente do Pará, o Estado do Mato Grosso expande sua economia majoritariamente pelo setor Agropecuário.

Em termos de desigualdade, observada pelo Índice de Gini do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores econômicos dos estados, observou-se que o padrão de crescimento em geral ocorreu de forma concentrada. Os estados que tiveram maior crescimento na Indústria e na Agropecuária, como o Pará e o Mato Grosso, também tiveram crescimento no índice de Gini.



REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. **Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira: Um Memorando Econômico**. Washington, DC: [s. n.], 2023.

BANCO MUNDIAL, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. **World Development Report 2024: The Middle-Income Trap**. [S. l.]: Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10986/41919>.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em 19 ago. 2024.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 8ª ed. São Paulo: Cengage, 2021.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005.



APÊNDICE

APÊNDICE 1. DADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO

Tabela 1 – PIB entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ Média (%)	Δ Total (%)
Acre	2,4	2,4	2,5	2,6	2,9	2,7	2,5	2,5	2,6	2,5	2,5	2,9	1,50	19,6
Amazonas	17,7	18,9	17,9	19,2	18,5	17,2	16,4	16,5	17,0	17,6	17,8	17,8	0,07	0,9
Amapá	2,4	2,5	2,8	2,9	2,9	2,8	2,6	2,7	2,9	2,9	2,8	2,7	1,09	13,9
Maranhão	13,4	14,0	15,0	15,6	16,4	15,6	15,7	15,9	16,7	15,9	16,4	16,9	1,94	26,0
Mato Grosso	16,4	18,5	19,8	20,6	21,7	21,4	22,8	22,5	23,3	23,2	27,3	31,6	5,61	92,5
Pará	24,0	26,4	26,6	28,0	26,7	26,0	25,4	27,6	27,4	29,1	33,1	35,6	3,35	48,4
Rondônia	6,9	7,4	7,5	7,2	7,3	7,3	7,3	7,7	7,6	7,7	7,9	7,9	1,07	13,6
Roraima	1,9	2,0	1,9	2,1	2,1	2,0	2,0	2,1	2,3	2,3	2,5	2,5	2,08	28,0
Tocantins	4,8	4,9	5,1	5,5	5,6	5,8	5,8	6,1	6,1	6,4	6,7	7,0	3,28	47,3
Amazônia Legal	89,9	97,0	99,0	103,7	104,0	100,8	100,6	103,7	105,8	107,5	116,9	124,9	2,78	38,9
Brasil	1.127,1	1.171,9	1.194,4	1.230,3	1.236,5	1.192,6	1.153,5	1.168,8	1.189,6	1.204,2	1.164,7	1.220,2	0,66	8,3

Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do PIB a preços constantes entre 2010 e 2021. Os preços são encadeados a partir do ano base de 1995, início da série temporal do IBGE.

APÊNDICE 2. DADOS DO VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA

Tabela 2 – VAB da Agropecuária entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ Média (%)	Δ Total (%)
Acre	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	6,65	116,5
Amazonas	0,6	1,2	1,0	1,2	1,1	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	1,42	18,5
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	-1,59	-17,5
Maranhão	1,3	1,4	1,3	1,6	1,6	1,4	1,1	1,3	1,3	1,2	1,8	1,9	3,02	42,8
Mato Grosso	2,4	3,6	4,3	4,2	4,1	3,8	4,6	4,0	4,4	4,4	7,0	10,8	13,26	345,3
Pará	2,3	2,4	2,5	3,4	2,9	2,9	3,2	3,0	2,5	2,4	3,0	3,3	2,87	40,4
Rondônia	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	1,4	6,59	115,2
Roraima	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	11,95	287,6
Tocantins	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	1,2	1,8	11,23	258,6
Amazônia Legal	8,2	10,1	11,0	12,2	11,6	11,3	12,0	11,5	11,2	11,0	15,3	20,7	7,99	151,5
Brasil	46,4	50,9	49,8	55,4	53,5	51,5	56,4	53,8	52,6	50,6	66,5	80,0	4,65	72,5

Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB da Agropecuária a preços constantes entre 2010 e 2021. Os preços são encadeados a partir do ano base de 1995, início da série temporal do IBGE.



APÊNDICE 3. DADOS DO VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA

Tabela 3 – VAB da Indústria entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ Média (%)	Δ Total (%)
Acre	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	-4,35	-41,3
Amazonas	6,2	6,7	5,7	5,9	5,3	4,8	4,8	4,6	4,9	5,4	5,5	5,7	-0,79	-9,1
Amapá	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	5,47	89,4
Maranhão	2,0	2,2	2,6	2,6	2,6	2,7	2,4	2,4	2,7	2,4	2,7	2,9	3,29	47,4
Mato Grosso	2,8	2,9	2,7	3,2	3,4	3,4	3,4	3,0	3,3	3,4	4,2	4,4	3,65	53,7
Pará	7,8	9,3	8,1	8,5	7,1	6,6	5,8	7,8	7,7	9,0	12,9	15,1	5,68	94,0
Rondônia	1,4	1,6	1,4	1,2	1,2	1,2	1,2	1,5	1,2	1,1	1,3	1,0	-2,34	-24,7
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	-1,10	-12,4
Tocantins	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	-2,35	-24,8
Amazônia Legal	21,8	24,3	22,1	23,1	21,2	20,3	19,0	20,7	21,3	22,5	28,0	30,5	2,81	39,5
Brasil	262,2	270,7	264,4	261,1	253,1	230,9	211,7	212,6	223,0	225,8	227,2	269,9	0,24	2,9

Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB da Indústria a preços constantes entre 2010 e 2021. Os preços são encadeados a partir do ano base de 1995, início da série temporal do IBGE.

APÊNDICE 4. DADOS DO VALOR ADICIONADO BRUTO DO SETOR DE SERVIÇOS

Tabela 4 – VAB do Setor de Serviços entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ Média (%)	Δ Total (%)
Acre	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,67	22,1
Amazonas	5,2	5,3	5,4	5,9	6,0	5,6	5,2	5,4	5,5	5,5	5,3	5,3	0,15	1,8
Amapá	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,56	6,9
Maranhão	5,6	5,5	5,9	6,3	6,9	6,1	6,6	6,5	6,7	6,1	6,0	6,3	0,96	12,1
Mato Grosso	6,5	7,2	7,6	7,7	8,8	8,9	9,1	9,4	9,6	9,3	9,5	9,9	3,52	51,5
Pará	7,8	8,2	9,0	8,8	9,2	8,9	8,8	8,9	9,2	9,3	8,6	8,8	1,00	12,7
Rondônia	2,3	2,5	2,6	2,5	2,7	2,6	2,6	2,6	2,7	2,8	2,9	2,7	1,14	14,6
Roraima	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	2,85	40,0
Tocantins	1,6	1,6	1,8	1,9	2,0	2,2	2,2	2,3	2,4	2,5	2,4	2,2	2,60	36,1
Amazônia Legal	31,4	32,8	34,8	35,9	38,5	37,1	37,3	37,7	39,0	38,5	37,6	37,9	1,59	20,8
Brasil	493,3	514,5	539,7	562,0	582,6	566,9	555,2	562,6	567,8	579,2	540,2	529,4	0,59	7,3

Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB do Setor de Serviços a preços constantes entre 2010 e 2021. Os preços são encadeados a partir do ano base de 1995, início da série temporal do IBGE.



APÊNDICE 5. DADOS DO VALOR ADICIONADO BRUTO DA ATIVIDADE PÚBLICA

Tabela 5 – VAB da Atividade Pública entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ Média (%)	Δ Total (%)
Acre	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,96	12,1
Amazonas	2,5	2,7	2,7	2,9	3,0	2,9	2,8	2,9	3,0	3,1	3,1	3,1	1,59	20,8
Amapá	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,2	0,72	9,0
Maranhão	3,0	3,1	3,3	3,4	3,6	3,6	3,8	3,9	4,0	4,0	4,1	3,8	2,00	26,9
Mato Grosso	2,6	2,7	2,8	3,0	3,1	3,3	3,5	3,5	3,6	3,6	3,6	3,4	2,14	28,9
Pará	4,0	4,4	4,6	4,9	5,0	5,1	5,2	5,5	5,5	5,6	5,8	5,4	2,48	34,1
Rondônia	1,7	1,7	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	1,8	0,34	4,2
Roraima	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,98	12,4
Tocantins	1,3	1,4	1,5	1,6	1,6	1,6	1,7	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	2,12	28,6
Amazônia Legal	18,0	18,8	19,5	20,6	21,1	21,3	21,7	22,4	22,8	23,3	23,3	22,2	1,77	23,5
Brasil	156,0	160,1	161,8	172,2	174,8	176,2	173,9	177,7	177,6	180,3	175,5	165,0	0,47	5,8

Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor do VAB da Atividade Pública a preços constantes entre 2010 e 2021. Os preços são encadeados a partir do ano base de 1995, início da série temporal do IBGE.

APÊNDICE 6. DADOS DOS VALORES DOS IMPOSTOS

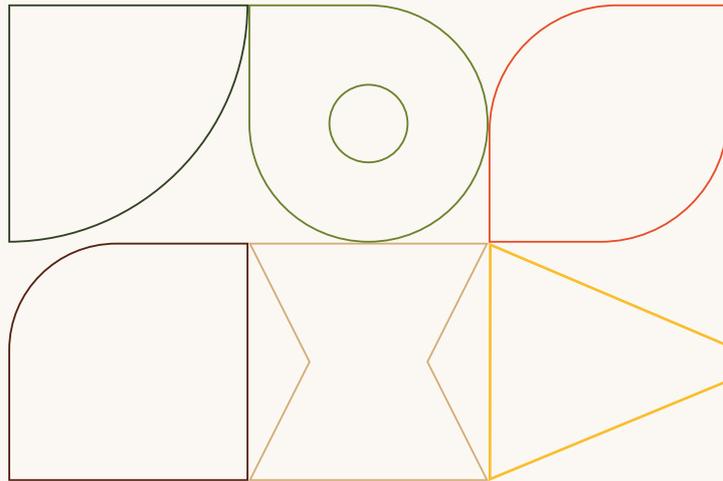
Tabela 6 – Valores dos Impostos entre 2010 e 2021 (R\$ bilhões)

Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ Média (%)	Δ Total (%)
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1,86	24,8
Amazonas	3,0	3,1	3,1	3,3	3,2	2,8	2,4	2,6	2,7	2,8	3,1	3,0	-0,07	-0,8
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1,32	17,0
Maranhão	1,5	1,7	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,8	1,9	2,1	1,9	2,0	2,37	32,5
Mato Grosso	2,0	2,0	2,3	2,5	2,2	2,0	2,2	2,6	2,5	2,5	2,9	3,1	3,86	57,6
Pará	2,1	2,2	2,4	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,7	2,8	3,1	3,36	48,6
Rondônia	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	0,99	12,6
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	3,69	54,5
Tocantins	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	3,37	48,8
Amazônia Legal	10,5	10,9	11,7	11,9	11,6	10,8	10,6	11,4	11,6	12,3	12,8	13,6	2,19	29,8
Brasil	169,1	175,6	178,7	179,5	172,5	167,1	156,3	162,1	168,7	168,3	155,3	175,8	0,32	3,9

Fonte: IBGE (2021).

Nota: valor dos Impostos a preços constantes entre 2010 e 2021. Os preços são encadeados a partir do ano base de 1995, início da série temporal do IBGE.





REALIZAÇÃO



FAPAC



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



txai
amazônia

Seminário
Internacional de
Bioeconomia e
Sociobiodiversidade

